

INTERNACIONALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Célio Vieira Nogueira
Carina Elizabeth Maciel

O ordenamento legal brasileiro, expresso na Lei nº 9.394/1996, incorporou o gerencialismo neoliberal anunciado pelos organismos multilaterais, cujas bases contemplam princípios de eficiência, produtividade e avaliação. Na educação superior os processos avaliativos foram decisivos, contribuíram para a implementação da nova gestão pública e produziram reformas organizacionais nas instituições, enquanto expansão, diversificação e diferenciação. Este modelo político normativo reconfigurou a universidade nas dimensões normativa, gerencial e cultural.

A transformação da universidade passou por fases distintas - planejamento estratégico, gestão gerencial e avaliação por resultados, recentemente, foi alcançada pela expansão via internacionalização do mercado do conhecimento. Nesta fase o governo central orientou a tomada de decisão com base no gerencialismo e articulou as demandas da transnacionalização das funções universitárias, cujos impactos podem ser sentidos na pós-graduação e na pesquisa, nos termos do PNPG 2011-2020.

O objeto, da investigação relatada, são as políticas implementadas pelas universidades federais da Região Centro-oeste, enquanto procedimentos de implementação de ações voltadas para a internacionalização de suas funções. O foco está nos instrumentos de gestão produzidos: Plano de Desenvolvimento Institucional, Relatório Anual de Gestão e Regimento Geral, referentes ao período de 2006 a 2018. A pesquisa encontra-se na fase de coleta de dados, os quais indicam que estas IFES implantaram a gestão gerencial propalada pelos organismos internacionais.

Um exemplo de incorporação de orientações externas pelas universidades pode ser observado no item 4.6, do EDITAL PROECE/PROGRAD/PROPP/AGINOVA Nº 49, de 03 de julho de 2020, que normatiza a seleção de trabalhos para o Integra UFMS:

Cada proposta deverá estar vinculada a pelo menos um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Globais (ODS), acordados pela ONU, em 2015 e será integrada a uma das grandes áreas de conhecimento (UFMS, 2020).

Este posicionamento indica o grau de envolvimento assumido pela universidade perante o gerencialismo das agências multilaterais. É relevante, pois este evento é o principal veículo de divulgação das atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade.

Na esfera governamental o MEC implementou ações de internacionalização a serem observadas pelas instituições universitárias. Os dados coletados revelam a existência de ações políticas e normativas: o edital de fomento publicado pela CAPES; os instrumentos de avaliação do SINAES; o Plano Nacional de Pós-graduação 2011-2020.

Para exemplificar o nível de definição da internacionalização nas universidades é relevante observar o Indicador 3.8 “Política institucional para internacionalização”, do “Instrumento de Avaliação Institucional Externa”, publicado pelo MEC em 2017, onde consta que o conceito 5 será atribuído quando:

A política institucional para a internacionalização está articulada com o PDI, apresenta atividades voltadas para programas de cooperação e intercâmbio e é coordenada por um grupo regulamentado, responsável por sistematizar acordos e convênios internacionais de ensino e de mobilidade docente e discente (INEP/MEC, 2017, p. 19).

Do ponto de vista formal, é relevante haver na instituição uma política institucional de internacionalização articulada com o seu PDI. Quando visto a partir da gestão, o indicador assevera a necessidade de uma estrutura de coordenação para as ações formalmente constituídas. Para complementar o alcance das dimensões expressas no Instrumento do MEC, convém observar outra parte deste documento: o verbete 39 do Glossário, que define a internacionalização como:

Programas e ações que inserem a IES no contexto internacional por meio de cooperação com outras instituições, transferência de conhecimento, mobilidade acadêmica de docentes e estudantes, alunos estrangeiros matriculados na IES, oferta de disciplinas em língua estrangeira, estímulo a publicações e participação em eventos internacionais, participação em processos avaliativos internacionais, entre outros (INEP/MEC, 2017, p. 38).

Nota-se que a internacionalização, definida no Instrumento de avaliação do SINAES, refere-se à inserção da instituição de ensino superior no contexto internacional. Todavia, a base teórica que sustenta a investigação (SGUISSARD, 2005; MOROSINI, 2006, SILVA JUNIOR, 2002, 2009; SILVA JUNIOR e CARVALHO, 2017; SILVA e RODRIGUES, 2014; BALL, 2011) é mais abrangente e capta outros elementos do processo de internacionalização da educação superior.

No Brasil a internacionalização na educação superior pode ser percebida a partir de 2000, quando o MEC, os organismos internacionais e as entidades passaram a conceber e discutir uma política específica. A contar de 2006 a expansão ganha contornos distintos, entra em cena a reestruturação das universidades federais. As ações de internacionalização passam a ser consideradas como espaço de atuação das universidades e, após 2011, os impactos serão sentidos nas IFES.

Na segunda década do século 21 foram institucionalizados vários instrumentos voltados para a internacionalização: a) o Plano Nacional da Pós-graduação 2011-2020; b) o Instrumento de avaliação institucional externa, do SINAES; c) o Programa de institucionalização da internacionalização, da Capes e d) o Edital de fomento à internacionalização, da Capes.

Este resumo decore de uma pesquisa documental, cuja análise qualitativa está alicerçada nas categorias: a) internacionalização; b) universidade de classe mundial; c) nova gestão pública; d) conhecimento-mercadoria; e) culturalização da lógica gerencial. Os dados indicam que as políticas do Governo Federal têm por finalidade a reconfiguração universitária, visando a inserção da universidade no cenário internacional. Esta culturalização gerencial produz uma reestruturação da universidade, pois são mudanças distintas: de um lado a mudança organizacional e de outro a mudança cultural (BALL, 2011; SILVA; RODRIGUES, 2014), na medida em que as funções institucionais são assumidas a partir da perspectiva da transnacionalização da universidade.

As reformas estruturantes de cunho neoliberal são empreendidas e consolidadas por intermédio das políticas de regulação, avaliação, financiamento e fomento, condições vitais às universidades. O contexto mundial indica que a universidade “está sendo transformada em instituição tutelada pelo capital e pelo Estado, tendo o mercado como mediador” (SILVA JÚNIOR, 2009, p. 145). Assim, a

internacionalização na educação superior, enquanto processo assimétrico, integra uma engrenagem globalizada e geradora de impactos geopolíticos.

A reestruturação do capitalismo, induziu três dimensões distintas, presentes na reforma do Estado. Para Silva e Rodrigues (2014, p. 9) são: “a institucional-legal, referente às alterações no aparato regulatório; a cultural, baseada na assimilação do ideário gerencial, e; a dimensão-gestão, que coloca em prática as ideias gerenciais e propala a modernização e qualidade do serviço público”. Coerentes com a lógica empresarial, induzem as universidades públicas à adoção de mecanismos gerenciais de base mercadológica - excelência, produtividade, efetividade, qualidade e competitividade.

Os resultados parciais indicam: a) a universidade é impactada pela política centralizadora do MEC; b) a reestruturação universitária tem por princípio o gerencialismo; c) o propósito dos órgãos reguladores é ajustar a estrutura universitária, via expansão, financiamento e avaliação; d) a reconfiguração ocorre nas dimensões: gestão, estrutura e cultura institucional.

As orientações das agências multilaterais possuem aspectos gerenciais: a) induzem à forma centralizada; b) promovem as interações entre o Estado e a sociedade civil; c) transformam a avaliação em medida do financiamento e; d) produzem a mudança da identidade e do papel histórico da universidade. No caso da internacionalização estes aspectos acenam para a transnacionalização das funções universitárias, sendo que o modelo de gestão assumido pelas universidades na atualidade definirá a universidade do século 21.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. In: BALL, Stephen J. MAINARDES, Jefferson (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

MOROSINI, Marília. **Internacionalização da Educação Superior: um modelo em construção?**. In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNAN, Palmira. Modelos Institucionais de Educação Superior: Brasília, 13 e 14 de outubro de 2005: INEP, 2006.

SGUISSARD, Waldemar. **Internacionalização, gestão democrática e autonomia universitária em questão**. Brasília: INEP, 2005.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. O professor pesquisador nas universidades públicas no contexto da internacionalização do capital: a produtividade do trabalho imaterial superqualificado. **Rev. Port. de Educação** [online]., v. 22, n. 1, pp.145-177, 2009. ISSN 0871-9187.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; CARVALHO, Celso do Prado Ferraz de. Pesquisa pós-graduação e conhecimento-mercadoria aplicado no Brasil. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 44, p. 23-42, set./dez. 2017.

SILVA, Domingos Pereira e RODRIGUEZ, Vicente. **O gerencialismo na primeira década do século XXI: elementos para análise da política educacional brasileira**. Disponível em: <https://anpedsudeste2014.files.wordpress.com/2015/07/domingos-pereira-da-silva-vicente-rodriguez.pdf>.

UFMS, **Edital PROECE/PROGRAD/PROPP/AGINOVA Nº 49**, de 03 de julho de 2020, Seleção de trabalhos para apresentação no Integra UFMS 2020. Disponível em: <https://prograd.ufms.br/edital-proece-prograd-propp-aginova-no-49-de-03-de-julho-de-2020-selecao-de-trabalhos-para-apresentacao-no-integra-ufms-2020>.